

A “CRISE”, AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS E O PAPEL DA ASAP



■ Não tendo informações sistematizadas sobre a questão, que tenham sido formalmente transmitidas pelas sociedades associadas, a percepção que tenho pelos contactos institucionais e pessoais que faço é claramente a de que os profissionais do Direito organizados sobre a forma societária se sentiram mais bem apetrechados para enfrentar as dificuldades acrescidas do que aqueles que não tiveram o suporte de uma estrutura. Mesmo a sociedade de advogados com menor número de advogados sentiu certamente que a sua organização, especialização e as sinergias que gera a tornaram mais eficiente junto dos seus clientes do que se os seus profissionais operassem em prática isolada.

Dito isto, penso que as sociedades de menor dimensão tiveram com a crise um teste importante à validade da sua estratégia, assente na criação acrescida de valor ao cliente em áreas específicas ou na personalização dos serviços prestados aos seus principais clientes. As maiores, mais protegidas das quebras de trabalho em algumas das suas áreas pelo

aumento nas outras, tiveram ainda assim nesta crise um teste à consistência da sua malha societária. Malha essa – identificada geralmente como Cultura Interna – tecida ao longo de anos anteriores que não revelaram dificuldades semelhantes àquelas que foram identificadas no ano transacto e posta agora à prova como nunca, na dimensão financeira, na repartição do esforço entre todos os seus sócios (e, eventualmente, nuns mais do que noutros).

Penso no entanto que os resultados destes testes ainda não são plenamente conhecidos, mas algumas das movimentações sentidas no mercado, assim como aquelas que se anunciam, podem ter sido aceleradas pelo descontentamento (ou contentamento) dos seus advogados, seja pela resposta dada pelo mercado à estratégia das sociedades de menor dimensão, seja pela resposta interna das sociedades de maior dimensão na repartição dos sacrifícios por alguns dos seus sócios.

Sendo as crises (ou a sua mera percepção) geralmente clarificadoras porque justificadoras de decisões difíceis que deixam de se adiar, penso que todos os intervenientes nos processos desencadeados com a crise (ou pela crise) estarão melhor – ou, pelo menos, acreditam que terão criado condições para estar melhor num futuro próximo. Seja porque confirmaram a validade da sua estratégia, seja porque foram forçados a alterá-la, seja porque sentiram mais proximamente (e por isso passaram a valorizar mais) a solidariedade societária, seja porque, por não a sentirem, consideraram ser este o momento certo para iniciar um novo projecto ou de aderir a um já existente ou ... um sem número de combinações possíveis destas e de outras situações.

O que finalmente parece resultar do mercado das sociedades de advogados – passado o famigerado ano 2009, o do anunciado ápice da crise – é que todas as sociedades que conhecíamos continuam no mercado, que ...

“AS SOCIEDADES DE MENOR DIMENSÃO TIVERAM COM A CRISE UM TESTE IMPORTANTE À VALIDADE DA SUA ESTRATÉGIA, ASSENTE NA CRIAÇÃO ACRESCIDA DE VALOR AO CLIENTE EM ÁREAS ESPECÍFICAS OU NA PERSONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS SEUS PRINCIPAIS CLIENTES.”

“AS [SOCIEDADES] MAIORES, MAIS PROTEGIDAS DAS QUEBRAS DE TRABALHO EM ALGUMAS DAS SUAS ÁREAS PELO AUMENTO NAS OUTRAS, TIVERAM AINDA ASSIM NESTA CRISE UM TESTE À CONSISTÊNCIA DA SUA MALHA SOCIETÁRIA.”

os resultados negativos antecipados não se confirmaram ou, pelo menos, não na dimensão antecipada (daí eu ter referido atrás não só a crise mas também a mera percepção de crise como geradora de dinâmicas de eficiência), e existem novos projectos societários muito interessantes no mercado, nacionais e internacionais, e anunciam-se alguns outros igualmente aliantes.

Dito isto, sussurrada timidamente (e aos soluços) o fim da crise – ou, no mínimo, havendo a percepção de que o pior já poderá ter passado – o ano de 2010 apresenta-se como um ano a acompanhar com interesse por várias razões. Não só porque numa perspectiva de actividade se antecipa o regresso já tantas vezes anunciado das operações de fusões e aquisições, ligadas ou não ao mercado de capitais, que tanto escassearam no ano passado (e com o valor acrescentado no qual as maiores sociedades de advogados assentam a sua margem de lucro acrescido), como porque os desafios regulatórios que o sector financeiro atravessa justificará mais e melhor assessoria jurídica. Acredito ainda que os ajustamentos laborais

persistam mas que mudem de orientação quando a percepção do fim da crise der lugar à confiança na qual assentam as decisões de investimento produtivo. Tenho a certeza no entanto de que a onda contenciosa não perderá fulgor, seja na cobrança massificada, seja nos litígios mais sofisticados do foro judicial e arbitral.

Mas 2010 será também o Ano Novo para muitos projectos de advocacia societária e o ano da confirmação para outros. É nessa expectativa e tentando acompanhar a cadência dessa dinâmica que a ASAP se propõe concretizar projectos que pensamos poderem contribuir nos processos de decisão das suas Associadas, com informação especializada. Continuaremos por isso com a parceria com a Cision, facultando um clipping diário de notícias sobre a profissão e sobre as sociedades de advogados; promovendo um inquérito às sociedades de advogados através de uma sondagem realizada com o apoio técnico da Universidade Católica, nas áreas de interesse para a gestão das sociedades de advogados; lançando um livro onde reuniremos contribuições decisivas para

a boa organização das sociedades, preparada por advogados reconhecidos em cada um dos mais de 20 temas abordados. Paralelamente, num momento inicial em conjunto com a VdAcademia, estamos a preparar um plano de formação jurídica em áreas especializadas de actividade, com módulos leccionados por advogados de algumas Associadas, abertas aos advogados das demais Associadas.

Termino anunciando que o 3º Encontro Nacional das Sociedades de Advogados, organizado pela ASAP, terá lugar como habitualmente no final de Maio. Serão mais uma vez apresentados temas de interesse para a Profissão exercida na forma societária, proporcionando um espaço de debate de ideias e troca de impressões sobre os temas. Como sempre, contamos com a presença de todas as sociedades de advogados interessadas, Associadas da ASAP ou não (ainda). ■

PEDRO CARDIGOS

Presidente do Conselho Director da ASAP - Associação das Sociedades de Advogados de Portugal



A ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS

Criada em 2002, a Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), a única instituição do género no País, tem por propósito, de acordo com o definido nos seus estatutos, “defender os interesses das sociedades de advogados portuguesas com total liberdade e independência”. Actualmente, a ASAP conta com cerca de 70 associadas de distintas dimensões, quer no que respeita a número de sócios, associados e colaboradores, quer em volume de carteira de clientes. Ou seja, a heterogeneidade orgânica que caracteriza a advocacia societária nacional é também uma das vertentes que permite tipificar os escritórios ligados a esta associação.